



Evolução de preços dos serviços de comunicações eletrônicas

Análise contextualizada

Julho de 2016



Índice

1. Introdução	3
2. A evolução real dos preços dos serviços de comunicações eletrónicas	3
3. A evolução do mercado de comunicações eletrónicas – mais alguns indicadores.....	5
4. Comparações internacionais de preços	11
5. Conclusão	12



1. Introdução

Com o presente documento pretende-se evidenciar a evolução de preços dos serviços de comunicações eletrónicas (SCE) em Portugal contextualizando-a com a evolução das características da oferta e procura destes serviços, nomeadamente o reforço dos serviços em pacotes, o aumento de funcionalidades disponibilizadas nos diferentes serviços e o aumento de consumos que têm sucessivamente marcado o setor.

Atualmente, a informação sobre a evolução de preços dos serviços de comunicações eletrónicas divulgada pela ANACOM, com periodicidade mensal, diz respeito à evolução do sub-índice “serviços telefónicos e de telecópia” do Índice de Preços no Consumidor (IPC) e do Índice Harmonizado de Preços no consumidor (IHPC), calculado pelo INE e corresponde, assim, a uma variação nominal de preços.

No entender da APRITEL, a divulgação desta informação de forma isolada, sem o devido contexto com a evolução de outros indicadores, tem propiciado conclusões equivocadas sobre a verdadeira evolução dos preços no setor das comunicações eletrónicas.

Dado este enquadramento, cumpre à APRITEL apresentar um retrato mais esclarecedor da evolução da realidade do setor do que aquela que resulta de uma análise direta e, no mínimo, parcial da evolução nominal de preços dos serviços de comunicações eletrónicas a nível nacional.

Adicionalmente, no que respeita a comparações internacionais de preços dos serviços de comunicações eletrónicas que são também recorrentes, impõe-se igualmente esclarecer alguns aspetos das metodologias geralmente empregues para o efeito e os respetivos impactos no resultado das referidas análises comparativas internacionais.

2. A evolução real dos preços dos serviços de comunicações eletrónicas

A variação nominal de preços captada pela evolução do sub-índice “serviços telefónicos e de telecópia” não capta devidamente o efeito do aumento acelerado e consistente da penetração dos vários serviços, nem os movimentos acelerados de alteração das tipologias das ofertas, que agregam cada vez mais serviços e com *plafonds* de consumo cada vez maiores.

A data de referência dos dados do cabaz subjacente ao sub-índice (final do semestre do ano anterior), bem como a respetiva metodologia e frequência anual de atualização, induzem um desfasamento temporal que envia os resultados face à realidade deste sector, criando uma discordância entre a evolução nominal dos preços (assim calculada) e a evolução dos custos médios para os consumidores.

Adicionalmente, a ANACOM divulga o indicador relativo à fatura média como *proxy* da evolução de preços dos serviços de comunicações eletrónicas. Porém, o próprio regulador reconhece que tal indicador “*poderá não ser um bom estimador da evolução dos preços visto que é afetado pela variação do nível de consumo de cada serviço e, também, pela alteração das formas de comercialização*”¹.

¹ In estudo da ANACOM, Setor das Comunicações 2015, página 166



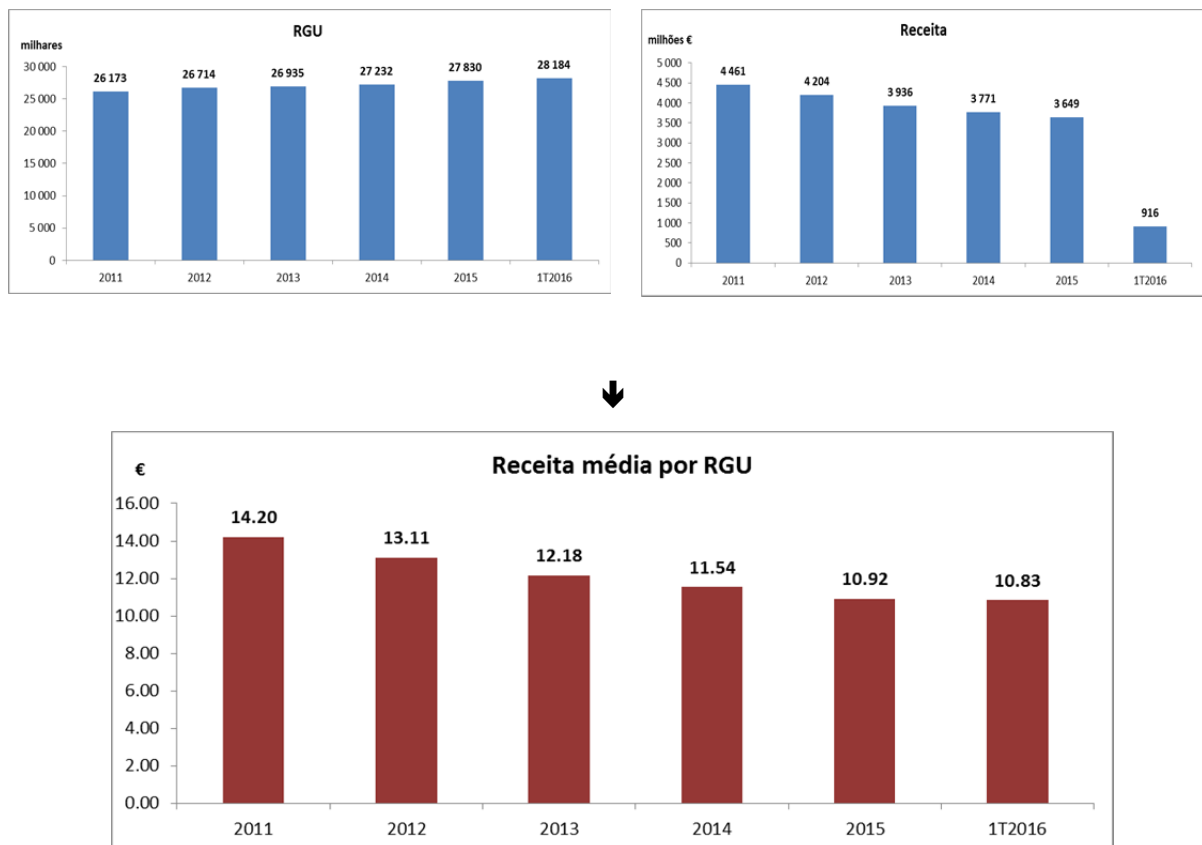
Com efeito, no atual contexto do mercado registam-se movimentos que promovem automaticamente o aumento da fatura média e que nada têm a ver com a variação dos preços. Por exemplo, o aumento da contratação de serviços em pacote implica, naturalmente, uma diminuição do número de faturas e o aumento do valor de cada fatura individual, já que a mesma inclui mais serviços. Ambos os movimentos conduzem automaticamente a um aumento do valor da fatura média mesmo sem que tenha existido uma alteração de preços.

Tendo em conta as limitações elencadas, o indicador que permite perceber melhor a evolução dos preços dos serviços de comunicações eletrónicas é o das receitas médias unitárias, que se obtém dividindo as receitas retalhistas do sector pelas quantidades consumidas.

Neste sentido, a APRITEL começa por assinalar que as receitas dos operadores têm vindo a diminuir sistematicamente, tendência que se mantém desde 2011. Tal diminuição das receitas é explicada, entre outros fatores, pelo facto do crescimento do número de subscrições estar a ser suportado em tarifários que se baseiam em pacotes, ou seja, na oferta simultânea de vários serviços que utilizam tarifas planas, e que representam uma poupança para as famílias face ao cenário de aquisição de serviços individualmente.

Em simultâneo, o *output* do sector medido pelas quantidades de acessos/serviços vendidos tem crescido sempre ao longo do mesmo período. O Gráfico seguinte retrata esta situação.

Gráfico 1 - Evolução da Receita Média por RGU, em €



Fonte: ANACOM

Notas:

RGU (revenue generating unit): Total, no final de cada ano, de Estações Móveis/Equipamentos de Utilizador Ativos,



Acessos Telefónicos Principais, Acessos de Banda Larga Fixa e Assinantes do Serviço de Televisão por subscrição; ,

Fonte: Relatório “O Sector das Comunicações” – ANACOM

Receitas: Provenientes de serviços móveis retalhistas, serviços fixos individualizáveis (SFT, BLF e TVS) e serviços oferecidos em pacote; Fonte: Relatório “O Sector das Comunicações” e relatórios estatísticos trimestrais da ANACOM

Receita média por RGU: Quociente entre as receitas anuais e o correspondente parque médio

Do gráfico atrás apresentado resulta claro que, independentemente de pontualmente existirem aumentos nominais de preços, o preço médio unitário dos serviços de comunicações eletrónicas tem vindo sucessivamente a baixar. Este movimento é atribuível ao aumento de consumos, não refletido no aumento dos preços, e à transferência de serviços individuais para serviços em pacotes que representam uma poupança para as famílias (e uma queda de receitas para os operadores).

De referir que a própria ANACOM, não obstante periodicamente divulgar informação de acordo com a qual os preços dos serviços de comunicações em Portugal têm vindo sucessivamente a aumentar e mais do que na média dos países da União Europeia, reconhece, em paralelo, que os consumos têm aumentado, tal como se demonstra de seguida, e que as receitas do setor entre 2014 e 2015 diminuíram: *em 2015, as receitas retalhistas globais dos principais serviços de comunicações eletrónicas diminuíram 3,2 por cento*².

3. A evolução do mercado de comunicações eletrónicas – mais alguns indicadores

O setor das comunicações eletrónicas é responsável em Portugal por 3,3% do PIB, 13.690 empregos diretos e investiu 6 mil milhões de euros ao longo dos últimos cinco anos (cfr. estudo da ANACOM, O Mercado das Comunicações na Economia Nacional - 2010-2014). Em termos do valor acrescentado bruto gerado pelo setor para a economia nacional, as comunicações representaram 1,5% do total do PIB.

Não obstante as dificuldades económicas que Portugal tem atravessado, o setor tem vindo a manter o nível de investimento tendo investido nos últimos cinco anos, de forma agregada, mais de 6 mil milhões de euros.

² in estudo da ANACOM, Setor das Comunicações 2015, página 53



Gráfico 2 - Investimento global em comunicações eletrónicas | Fonte: ANACOM

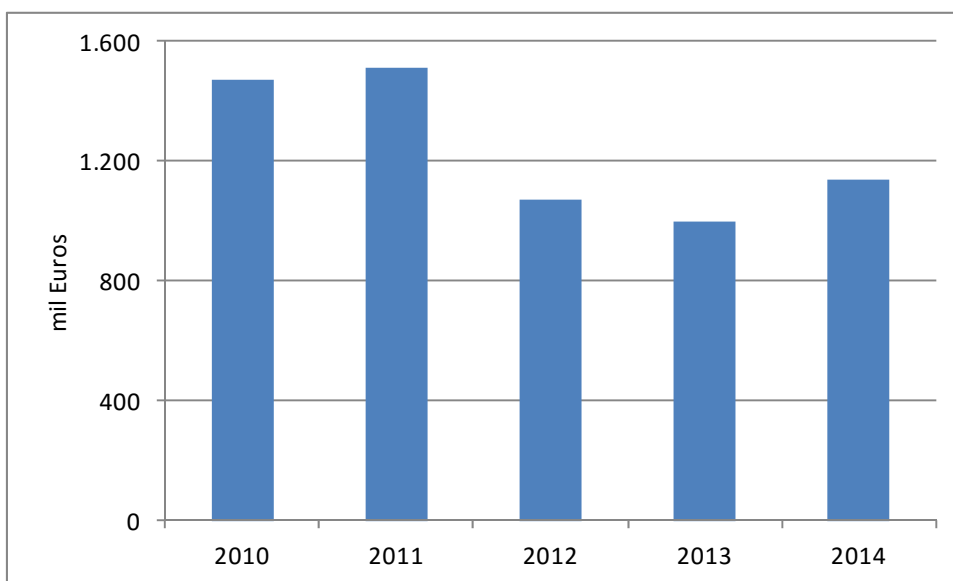


Gráfico 3 - Investimento face à FBCF | Fonte: ANACOM

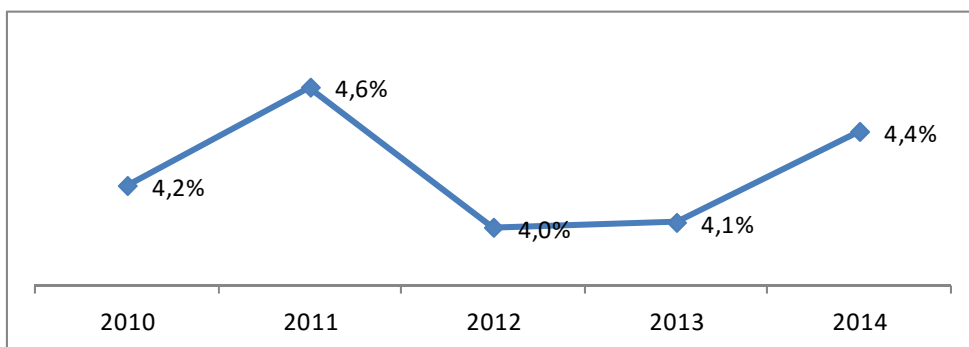
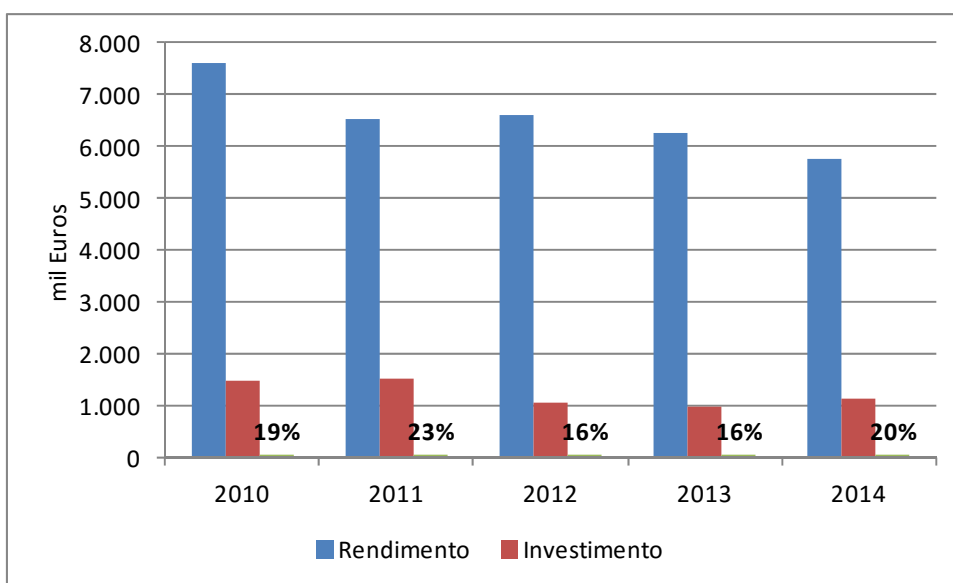


Gráfico 4 - Investimento dos operadores em % do rendimento | Fonte: ANACOM



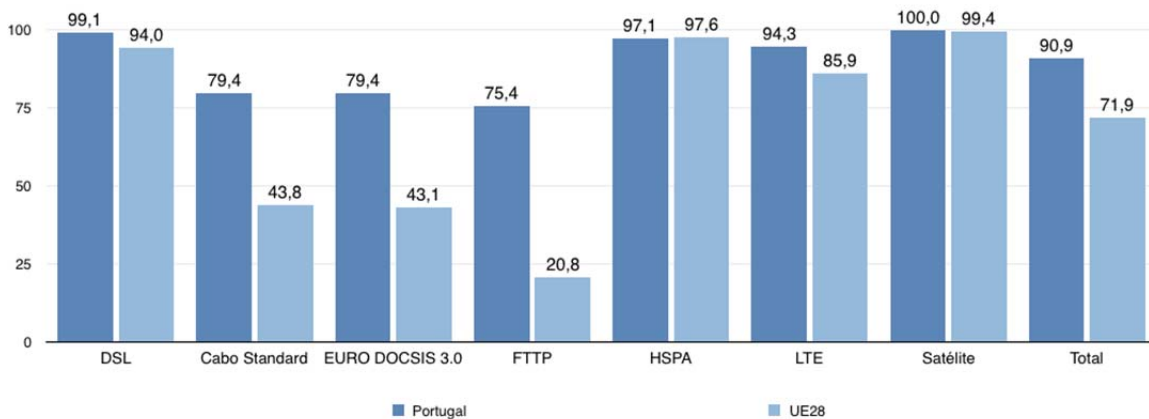
O nível de investimento do setor reflete-se naturalmente no nível de qualidade das redes e das ofertas comerciais disponibilizadas aos utilizadores nacionais.

Conforme se constata pelo Gráfico 5 e pela Tabela 1, Portugal não só dispõe de elevada cobertura de redes de banda larga, como está nos lugares cimeiros no que respeita à cobertura de redes com tecnologia de elevado desempenho.

Com efeito, Portugal ocupa o 3º e 5º lugares no conjunto dos 28 estados membros, no caso das redes de fibra ótica (FTTP) e cabo EuroDOCSIS, respetivamente, sendo que no caso da fibra a distância favorável face à média é superior a 50 pontos.

Gráfico 5 - Cobertura de redes de banda larga em Portugal e na UE28 – junho 2015

Unidade: percentagem de alojamentos cobertos por 100 alojamentos



Fonte: in estudo da ANACOM, Setor das Comunicações 2015, página 59
(http://www.anacom.pt/streaming/SectorComunicacoes2015edicao2016.pdf?contentId=1383318&field=ATTACHE_D_FILE)

Tabela 1 - Cobertura de redes de banda larga em Portugal e na UE28 – junho 2015

	DSL	Cabo standard	EuroDOCSIS 3.0	FTTP	HSPA	LTE	Satélite	Total NGA
Portugal	99,1	79,4	79,4	75,4	97,1	94,3	100	90,9
UE28	94,0	43,8	43,1	20,8	97,6	85,9	99,4	70,9
Ranking PT	10.º	6.º	5.º	3.º	27.º	8.º	1.º	8.º

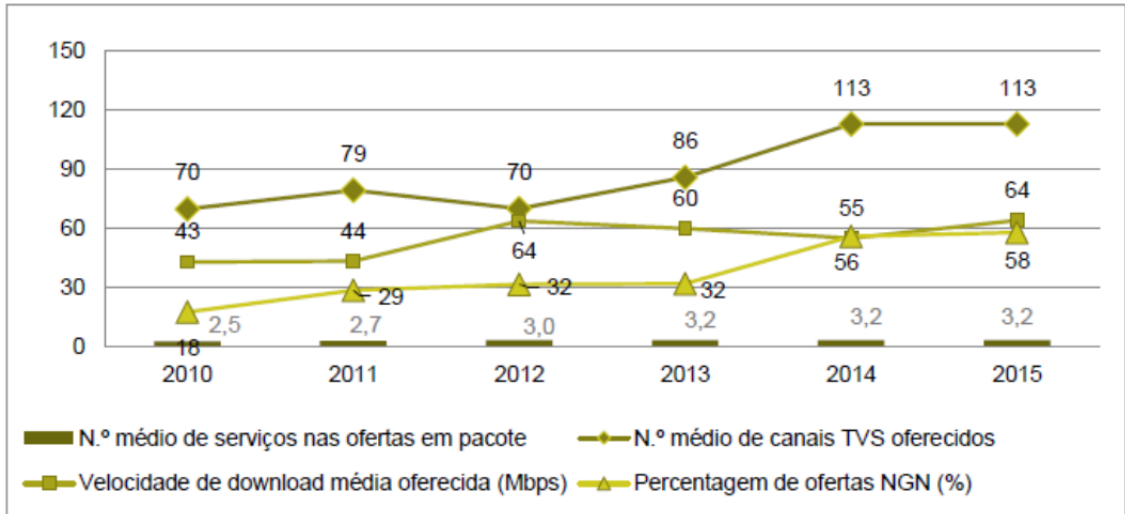
Unidade: percentagem de alojamentos cobertos por 100 alojamentos

Fonte: in estudo da ANACOM, Setor das Comunicações 2015, página 36
(http://www.anacom.pt/streaming/SectorComunicacoes2015edicao2016.pdf?contentId=1383318&field=ATTACHE_D_FILE)

A maior disponibilidade de redes assentes em tecnologia que proporcionam melhores desempenhos do que na maioria dos outros estados membros traduz-se numa experiência de cliente de maior qualidade através, nomeadamente, de velocidades de acesso à Internet mais elevadas, maior número de canais de TV, serviços interativos, etc.



Gráfico 6 - Evolução de algumas das principais características associadas à qualidade das ofertas residenciais



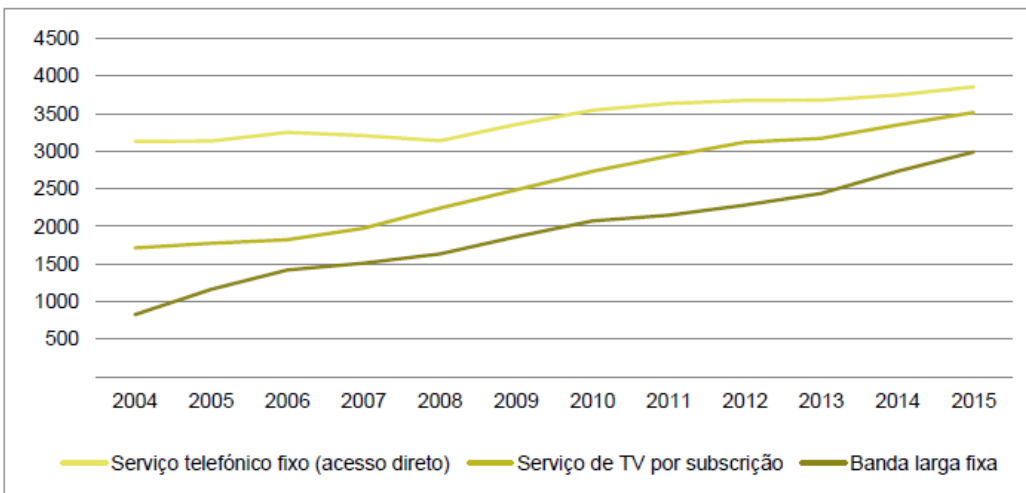
Unidade: nº serviços; nº canais; Mbps;%

Fonte: in estudo da ANACOM, Setor das Comunicações 2015, página 38

(http://www.anacom.pt/streaming/SectorComunicacoes2015edicao2016.pdf?contentId=1383318&field=ATTACHE_D_FILE)

A qualidade das ofertas disponibilizadas e o valor que às mesmas é atribuído pelos utilizadores fica patente no aumento do número de clientes dos diversos serviços que tem sido transversal a todos os serviços.

Gráfico 7 - Número de clientes dos principais serviços fixos de comunicações eletrónicas



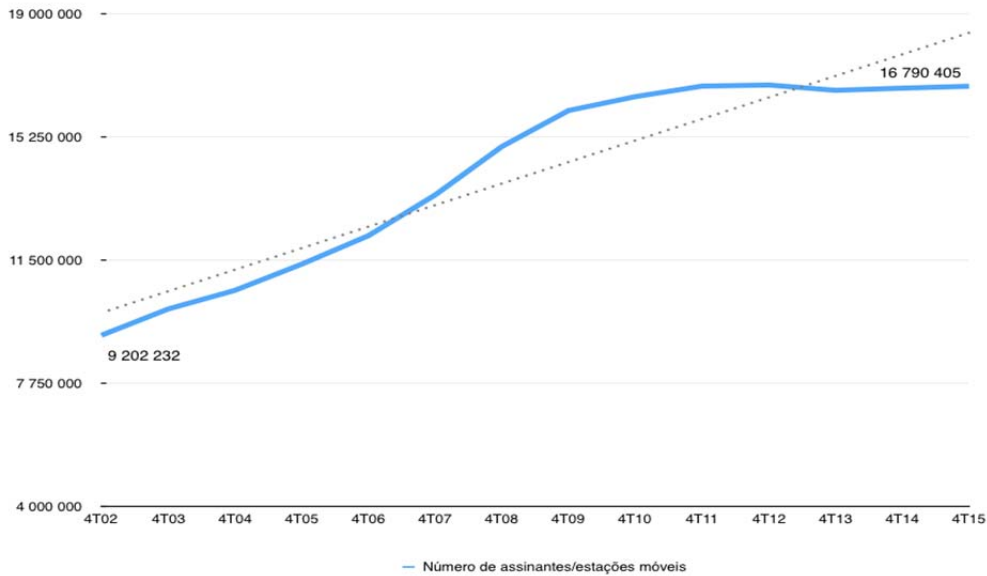
Unidade: milhares

Fonte: in estudo da ANACOM, Setor das Comunicações 2015, página 46

(http://www.anacom.pt/streaming/SectorComunicacoes2015edicao2016.pdf?contentId=1383318&field=ATTACHE_D_FILE)



Gráfico 8 - Evolução do número de assinantes do serviço móvel

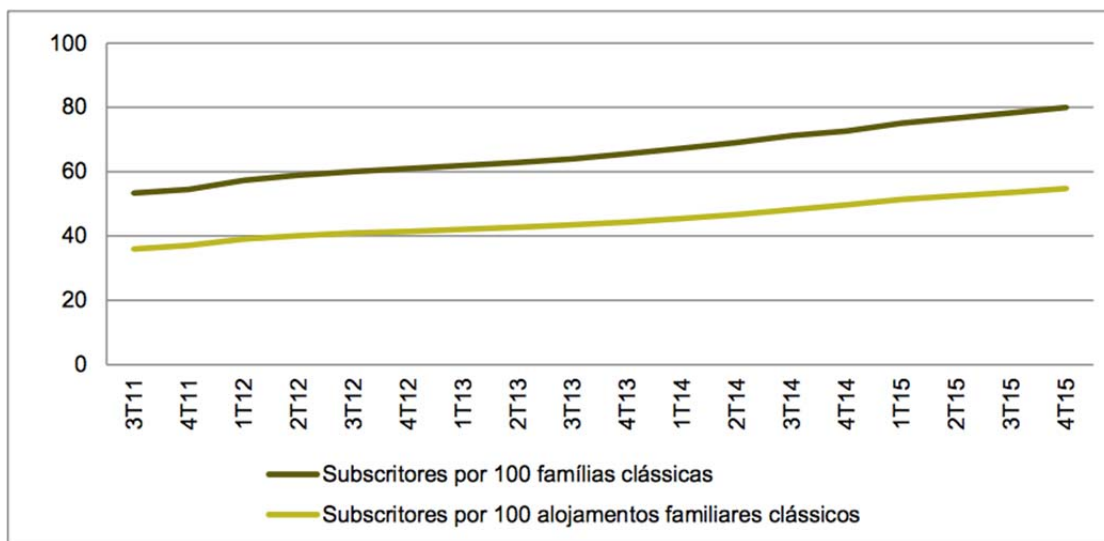


Fonte: ANACOM

A par do aumento do número de clientes e da adesão crescente aos serviços incluídos em pacotes, tem-se registado o aumento do consumo médio dos serviços, com destaque para os serviços de banda larga, fixa e móvel, e voz móvel. A esta tendência não é alheio o facto de cada vez mais os tarifários oferecidos pelos diversos operadores incluírem tráfego de voz e dados ilimitado ou “quase” ilimitado, o que confere flexibilidade e, conseqüentemente, maior utilidade.

Gráfico 9 - Evolução da penetração de subscritores de serviços em pacotes

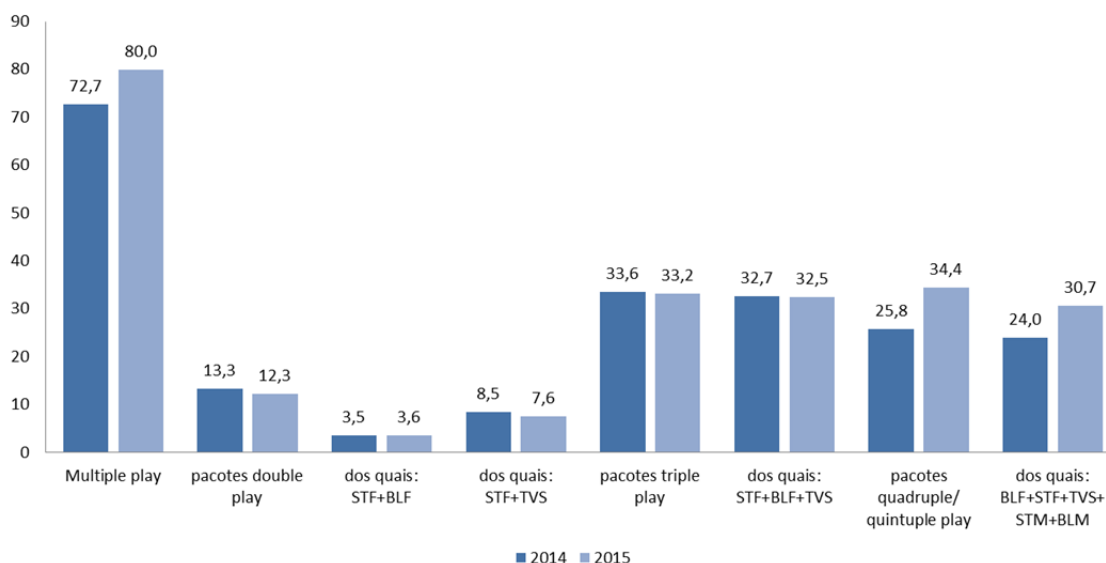
Unidade: Subscritores por 100 alojamentos / 100 famílias



Fonte: in estudo da ANACOM, *Pacotes de Serviços nas Comunicações Eletrónicas*, fevereiro de 2016, página 7 (http://www.anacom.pt/streaming/Pacotes_Servicos2015.pdf?contentId=1379688&field=ATTACHED_FILE)



Gráfico 10 - Taxa de penetração de subscritores de pacote de serviços por 100 famílias, por tipo



Unidades: número de ofertas por 100 famílias clássicas; pontos percentuais

Fonte: : in relatório ANACOM, Pacotes de Serviços de Comunicações Eletrónicas 2015, página 8

(http://www.anacom.pt/streaming/Pacotes_Servicos2015.pdf?contentId=1379688&field=ATTACHED_FILE)

Nota 1: Recorreu-se às estimativas anuais de famílias clássicas do INE.

Nota 2: STF – Serviços telefónico fixo; BLF – Banda larga fixa; TVS – TV por subscrição; STM – Serviço telefónico móvel; BLM – Banda larga móvel (incluindo as modalidades suportadas em tablet/PC e a designada “Internet no telemóvel”).

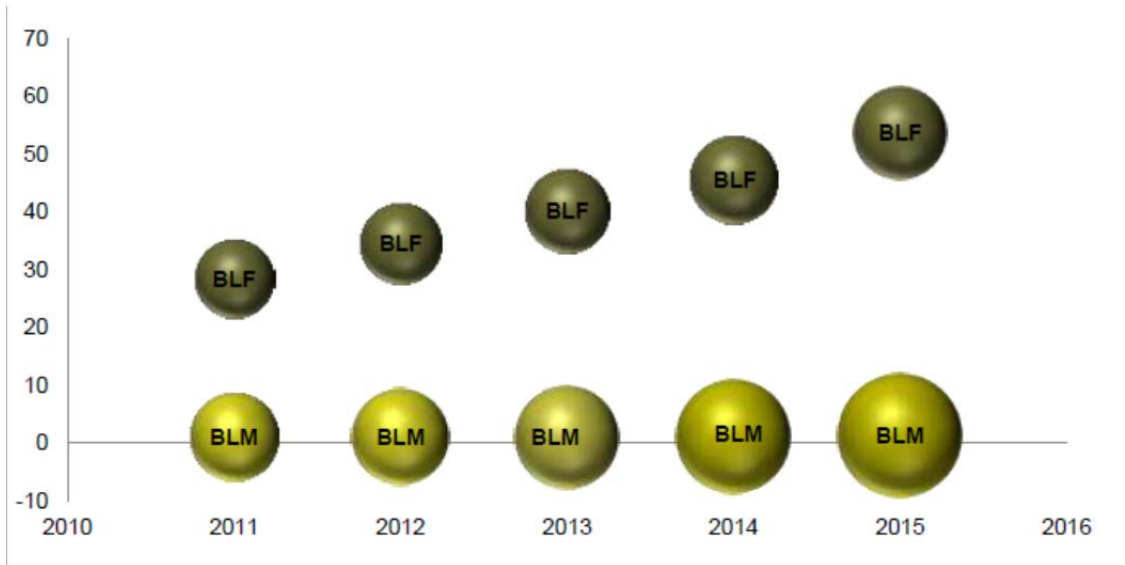
De acordo com os dados da ANACOM, no final de 2015 o número de assinantes de ofertas em pacote *multiple play* equivalia a 80 por cento das famílias clássicas, mais 7,3 pontos percentuais do que no ano anterior.³

³ Segundo a definição da ANACOM, entende-se por «pacote de serviços» a oferta comercial que inclui dois ou mais serviços, comercializada como oferta única e com uma única fatura

As ofertas em pacote analisadas no âmbito deste capítulo integram pelo menos um serviço fixo de comunicações eletrónicas. Encontram-se assim excluídas desta análise, eventuais ofertas em pacote constituídas integralmente por serviços móveis (STM+BLM).



Gráfico 11 - Tráfego médio mensal de acesso à Internet por acesso/utilizador (GB)



Unidade: GB (Gygabite)

Fonte: in estudo da ANACOM, Setor das Comunicações 2015, página 51

(http://www.anacom.pt/streaming/SectorComunicacoes2015edicao2016.pdf?contentId=1383318&field=ATTACHE_D_FILE)

Fonte: ANACOM

4. Comparações internacionais de preços

A realização de estudos internacionais comparativos de preços dos serviços de comunicações eletrónicas e respetiva evolução é uma prática de diversas instituições, incluindo da Comissão Europeia e da OCDE. Os resultados destes estudos são depois reproduzidos e tidos como referência por outras instituições, como por exemplo, pela ANACOM.

Em geral, os referidos estudos visam efetuar uma análise comparativa do esforço despendido pelos utilizadores dos diversos países na aquisição de serviços de comunicações eletrónicas. Ou seja, são estudos realizados na perspetiva do consumidor e não na perspetiva de avaliação da eficiência, nem da competitividade da oferta de serviços de comunicações.

Face aos objetivos perseguidos, a metodologia destes estudos inclui a comparação de preços refletindo as diferenças de poder de compra (*parity purchase power* – PPP) e de carga fiscal. Consequentemente, os preços dos países que têm níveis de poder de compra mais reduzidos e carga fiscal mais elevada do que a generalidade dos países em análise, são, do ponto de vista comparativo, onerados face ao nível de preço dos países com maior poder de compra e menor carga fiscal. Pois, na perspetiva do utilizador desses países o esforço para adquirir os serviços de comunicações é maior.

Sucede que o poder de compra de determinado país, bem assim o nível de carga fiscal, em concreto, o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), são fatores exógenos aos operadores de comunicações.

Ora, Portugal apresenta um poder de compra mais reduzido do que um grande número de países da União Europeia e da OCDE e tem uma taxa de IVA mais elevada, consequentemente, a realização de comparações de preços calibradas pela paridade do poder de compra e



incluindo IVA prejudica Portugal nessa comparação, “empolando” os preços nacionais, devido a fatores aos quais os operadores de comunicações são alheios.

A este propósito salienta-se o referido pela ANACOM no relatório da consulta relativa à análise dos mercados de acesso local grossista num local fixo e de acesso central grossista num local fixo para produtos de grande consumo a respeito dos preços dos serviços de acesso à Internet: *“...é a consideração das paridades do poder de compra que resulta em preços em Portugal superiores à média europeia”*.

A APRITEL considera, por isso, que estas comparações de preços deveriam, no mínimo, ser apresentadas também expurgadas da componente de PPP e de IVA.

Adicionalmente, há ainda que considerar os desafios na realização das comparações internacionais na perspetiva de garantir que as mesmas assentam em serviços efetivamente comparáveis. Ora, no que a este aspeto respeita, Portugal tende a ser prejudicado nestas comparações pelo facto de: i) disponibilizar ofertas com mais e melhores funcionalidades, designadamente em termos de velocidades de acesso à Internet, basta atentar para a posição destacada de Portugal ao nível da cobertura das redes de alto desempenho, número de canais no serviço de TV e outras funcionalidades adicionais disponibilizadas; e ii) em Portugal haver uma grande preponderância das ofertas em pacote que incluem tráfego ilimitado ou “quase” ilimitado e representam uma poupança face à aquisição dos diversos serviços individualmente.

5. Conclusão

Em suma, sem prejuízo de aumentos pontuais dos preços nominais, os preços médios unitários dos serviços de comunicações eletrónicas têm decrescido continuamente e, em simultâneo, o valor e a qualidade intrínseca dos serviços consumidos, aferidos, nomeadamente, pelas quantidade de tráfego incluído nas ofertas, velocidade de acesso à Internet, número de canais de TV e funcionalidades disponíveis, têm aumentado constantemente.

Esta evolução é plenamente reconhecida e salientada pela ANACOM em diferentes relatórios que publica, como sejam as estatísticas trimestrais ou o relatório anual relativo à situação das comunicações (a última edição publicada respeita ao ano de 2015), que dão conta do dinamismo e competitividade do sector em Portugal.

As comparações internacionais de preços têm igualmente que ser devidamente contextualizadas porquanto os países apresentam diferenças quer nas ofertas, quer de consumo. Importa por isso garantir que são comparadas ofertas efetivamente comparáveis e eliminados custos de contexto. Em geral, Portugal é penalizado devido à forte adesão aos serviços em pacotes com “tudo incluído”, penetração dos serviços de TV por subscrição e abrangência destas ofertas. Adicionalmente, a utilização de fatores exógenos ao setor – PPP e IVA – não permite retirar conclusões sobre a eficiência das empresas ou do nível de concorrência no mercado.

